



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**ENTRE O AMBIENTALISMO E A “CRISE DE IDENTIDADES”:  
DA CONTRADIÇÃO ENTRE AS EXPERIÊNCIAS MODERNAS  
DE TEMPO E ESPAÇO**

Renato de Araújo Monteiro<sup>1</sup>

**Resumo:** Pesquisa de Doutorado – em andamento – que propõe uma percepção da modernidade a partir de conceitos singulares-coletivos que remetem às experiências de tempo e de espaço que a constituem. Uma concepção moderna de natureza, enquanto sistema passível de desequilíbrio antrópico e constituída a partir de uma experiência global do espaço; e uma concepção moderna de história, experimentada como ruptura com o passado através de noções temporais e teleológicas como as de progresso e aceleração. Desta perspectiva, formula a hipótese de existir uma contradição inerente à modernidade, na medida em que produz um crescente afastamento entre uma temporalidade progressista, de expectativas ascendentes e infinitas, e uma espacialidade globalizadora, de expectativas descendentes e finitas. Assim, a origem de importantes fenômenos que caracterizam o tempo presente, como o ambientalismo e a “crise de identidades”, pode ser compreendida como uma reação à aceleração dos processos de globalização, que teria radicalizado a percepção de finitude dos recursos naturais, fazendo com que a instalação de um futuro-presente descendente e/ou pessimista viesse a contribuir para o esvaziamento das noções de progresso e para a expansão de um certo passado-presente. A valorização de categorias como memória, patrimônio e identidade seria constituinte desta outra experiência de tempo, como deverá ser demonstrado a partir da análise do processo de construção das identidades étnicas em Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Modernidade, espaço, tempo, identidades étnicas, Santa Catarina.

### **LOCALIZANDO UM PROBLEMA: IDENTIDADE VS. AMBIENTALISMO**

A preocupação com a formulação de uma identidade catarinense, com a construção de uma explicação sobre o que é ser catarinense, ocupou governantes, artistas e intelectuais do Estado desde pelo menos os últimos anos do século XIX. A partir de veículos privilegiados,

---

<sup>1</sup> Historiador. Professor da Escola Social Marista São José/SC. Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, membro do LABHIMA - Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental. Bolsista do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES/UNIEDU. Email: [renatodearaujomonteiro@hotmail.com](mailto:renatodearaujomonteiro@hotmail.com).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



como as publicações do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fundado em 1896, delineou-se inicialmente um imaginário que remetia a um passado distante, representado pelos luso-brasileiros da região litorânea. Mais tarde, como resposta às políticas de nacionalização da década de 1940, configurou-se uma predileção pelos açorianos, que ainda poderiam ser classificados enquanto de ascendência portuguesa e que também haviam se estabelecido no litoral a partir de meados do século XVIII (SERPA, 1996).

Contudo, os anos 1980 trouxeram uma inflexão nos discursos daquilo que se convencionou chamar “catarinensismo”. Mesmo reconhecendo a existência de um “mosaico cultural” na formação histórica do Estado, o governo Esperidião Amin em princípio propôs um projeto que elegia o “caboclo do Contestado” como típico representante catarinense, mas foi surpreendido pelas enchentes de 1983 e 1984 no vale do Rio Itajaí, que expunham para o Brasil uma certa “germanidade” de cidades como Blumenau. O desastre fez positivar uma leitura étnica e regionalizada de Santa Catarina (FLORES, 1991), incluindo assim os imigrantes que durante o século XIX haviam se fixado naquela região suficientemente afastada do litoral, capaz de delimitar outra área de colonização majoritariamente alemã ou italiana. Aliada a fenômenos mais abrangentes de intensificação das práticas de valorização da memória, do patrimônio e das comemorações que marcaram o final do século XX (HARTOG, 2014, p. 156), a exploração turística da *Oktoberfest* e suas congêneres ajudou a consolidar uma identidade étnica que se cristaliza em lugares como as legislações de proteção ao patrimônio cultural, as quais estabelecem uma predominância alemã no norte e no vale do Itajaí; luso-brasileira-açoriana no litoral; italiana no sul e no vale do Rio dos Cedros; e cabocla no planalto e no oeste (GONÇALVES, 2011, p. 7).

Na mesma medida em que eram capazes de proporcionar uma experiência emblemática que acabaria agindo como catalisadora das políticas de valorização de uma memória da colonização amparada na etnicidade, as catástrofes, ainda que de imediato fizessem surgir discursos que ressaltavam a “operosidade germânica” nos trabalhos de reconstrução das cidades, logo também deram lugar a interpretações que acusavam a “participação antrópica na ocorrência dos prejuízos”, participação esta representada eminentemente pelo mesmo processo de colonização (FROTSCHER, 1997). Em ressonância com os fenômenos globais – ou ao menos ocidentais – de “sedução pela memória” (HUYSSSEN, 2000) e de emergência de um “ambientalismo complexo e multissetorial”



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



(LEIS; VIOLA, 1991), o final do século XX assistiria a proliferação em todo o vale do Itajaí das chamadas “obras de história local”, escritos de caráter monumental e memorialístico que buscam “dar suporte para uma identidade” e construir uma “ideia de região” (HAAS JÚNIOR, 2009), por outro lado, “as enchentes também foram fator importante da história do associativismo civil da cidade [de Blumenau], fazendo com que surgissem inclusive associações voltadas para a preservação do meio ambiente” (MOURA, 2009, p. 141).

### **ESCOLHENDO ABORDAGENS: DA HISTÓRIA AMBIENTAL AOS ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO**

De certo modo, tanto as atuais políticas de valorização da memória quanto o movimento ambientalista possuem suas contrapartidas acadêmicas, das quais são ao mesmo tempo criadoras e criaturas, ou, em termos mais teóricos, experiência e representação condicionados a um mesmo regime epistemológico. Na primeira delas, acerca da memória, estão sendo desenvolvidos estudos que, sobretudo a partir dos conceitos de *tempo histórico* e *modernidade* elaborados por Reinhart Koselleck, diagnosticam a virada do século XX para o XXI como construtora de uma temporalidade “presentista”, distinta do cronótopo historicista moderno que vigorou desde o início do século XIX.

Para Koselleck (2006), o *tempo histórico* se constitui a partir da determinação e da distinção entre *passado* e *futuro*, categorias que substitui pelos termos antropológicos *experiência* e *expectativa*, cujas presenças essencialmente assimétricas são respectivamente acrescidas das noções de “espaço”, que “se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes”, e “horizonte”, que alude “àquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”. Segundo sua concepção, a modernidade seria caracterizada por uma historicidade peculiar, marcada pela predominância de um futuro-presente onde a noção de *progresso* projeta otimismo no porvir e a *aceleração* consequentemente adquire o lugar de um conceito histórico, comprime o espaço de experiência e foge em direção a um horizonte de expectativa cada vez mais distante.

Estudos recentes, como os de François Hartog (2014), defendem a hipótese de uma crise contemporânea do tempo, ao sugerir que o crescente distanciamento entre o *espaço de*



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



*experiência* e o *horizonte de expectativa*, tal qual apontado por Koselleck, teria chegado ao limite da ruptura, resultando na “experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico” (p. 39). Em oposição à experiência de tempo *progressista* e *futurista* da modernidade, esta nova experiência *presentista* estaria marcada por uma expectativa simultaneamente fechada em um presente estagnado e aberta para a mobilidade e a aceleração em direção a um futuro no mínimo ameaçador. Segundo Hartog, um dos aspectos desta crise seria a “onda de patrimonialização” estudada por Pierre Nora (1993), e sua constatação de que, na contemporaneidade, a aceleração da história provocou uma ruptura do equilíbrio entre passado e futuro, um distanciamento cada vez maior entre uma memória verdadeira e integrada e os meros vestígios reconstruídos pela história das sociedades atuais. Também Andreas Huyssen (2000, p. 09) reflete sobre uma “sedução pela memória” que viria ocorrendo desde a década de 1980 e, inspirado no *futuro-presente* de Koselleck, utiliza o termo *passado-presente* para descrever “uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX”.

De acordo com Hans Ulrich Gumbrecht (1998), o cronótopo moderno descrito por Koselleck, que no início do século XIX passou a compreender o tempo como um agente absoluto de mudança, é contrastado pelas atitudes contemporâneas de “conceber nosso presente como uma situação que desfaz, neutraliza e transforma os efeitos acumulados dessas modernidades”, proporcionando a experiência de um presente amplo e expansivo, “um ponto de convergência entre um passado que não nos sentimos dispostos a abandonar e um futuro no qual não queremos ingressar” (p. 285). Nos seus últimos estudos, Gumbrecht (2012, p. 85) reafirma que, “entre os passados que nos submergem e o futuro ameaçador, o presente se tornou uma dimensão de simultaneidades expandidas”, exemplificadas pelos sistemas automatizados de memória eletrônica, responsáveis pela inundação do presente pelo passado, e pelas preocupações com o aquecimento global ou com o esgotamento dos recursos naturais, principais instaladores de um sentimento de ameaça em relação ao futuro. Da mesma forma, para Hartog (2014), além da citada valorização da *memória*, as preocupações ambientais constituem outro “sinal da crise do regime moderno de historicidade”, reunidas sob a noção unificadora do patrimônio que passou a ser cultural e ao mesmo tempo natural.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Este aspecto do contemporâneo constitui a nossa segunda contrapartida acadêmica. De acordo com José Augusto Pádua (2010, p. 81-82), a partir da década de 1970 a história ambiental começou a se estruturar “como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países”, num processo de desenvolvimento que envolveria fatores sociológicos e epistemológicos, estabelecendo assim “um movimento de mão dupla, em que as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas”. Ao contexto político dos movimentos ambientalistas, segundo Pádua, teriam se somado outras três mudanças epistêmicas que vinham sendo preparadas ao longo dos séculos XIX e XX: a crescente percepção de que a ação humana pudesse estar provocando a degradação do mundo natural; a expansão dos limites cronológicos da pesquisa histórica por meio de descobertas provenientes das ciências da natureza; e a compreensão de que a natureza também possui uma história, portanto, passível de mudanças ao longo do tempo. No mesmo sentido, Donald Worster (1991, p. 199) alega que uma ideia de história ambiental começou a surgir nos anos 1970 “tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico [de] sofisticação cada vez maior”.

Pádua cita os estudos de Clarence Glacken para demonstrar que os questionamentos acerca da *natureza* foram realizados desde a Antiguidade a partir de três pontos de vista específicos: seu sentido e propósito, sua influência sobre os seres humanos e sua resposta frente às ações humanas. A constatação de que a última perspectiva figurou de modo diminuto entre as reflexões filosóficas e científicas que predominaram até o século XVIII, conduziu Glacken (apud PÁDUA, 2010, p. 83) à conclusão de que “o tema da capacidade da ação humana para degradar, ou mesmo destruir o mundo natural, é essencialmente moderno”. Para Pádua, esta concepção moderna de natureza não estaria ligada apenas ao desenvolvimento das sociedades urbanas e industriais, mas também a processos históricos anteriores, como a expansão colonial e biológica da Europa ou a institucionalização da ciência iluminista e suas formulações de sistemas naturais globais, interdependentes e em equilíbrio. Como exemplo, podemos mencionar as ideias do naturalista Alexander Von Humboldt e a sua visão da terra como um único e imenso organismo vivo no qual tudo estava conectado (WULF, 2016).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021** PRESENTE  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



O historiador ambiental Donald Worster (2012, p. 370) aponta uma historização do conceito de natureza a partir do século XIX, também na esteira da expansão dos quadros cronológicos das novas ciências, como a geologia, e dentro de um contexto em que o futuro tinha por direção discernível a ideia de progresso. Para ele, o conceito de evolução de Charles Darwin passou a conectar Ciência e História, humanidade e natureza. Desta nova biologia temporalizada teria surgido o campo da ecologia, mas como uma tentativa de “contrabalançar um sentido de mudança histórica com um sentido de estabilidade, de encontrar dentro do redemoinho da história um estado normativo” (WORSTER, p. 372). Sobre esta outra perspectiva quase desistoricizada de ecossistema, Worster cita o ecólogo Eugene Odum, que mesmo não tendo refletido sobre o contraste entre as concepções de uma história humana imprevisível e destrutiva e uma história da natureza ordenada e conservadora, teria sugerido, ao final dos anos 1960, que as ações humanas pudessem ser a principal ameaça ao equilíbrio global.

**NA SENDA DE UMA HIPÓTESE: DA APARENTE CONTRADIÇÃO ENTRE PROGRESSO E GLOBALIZAÇÃO**

Temos até aqui formuladas, portanto, uma concepção moderna de *natureza* – enquanto sistema passível de desequilíbrio antrópico – historicamente construída a partir de um paradigma epistemológico científico/iluminista e de uma experiência global do espaço, com sua contrapartida acadêmica contemporânea na História Ambiental; assim como uma concepção moderna do tempo, experimentado como ruptura com o passado através da noção meta-histórica de progresso. Contudo, se considerarmos as principais proposições das suas respectivas correntes historiográficas, vemos que são distintas as presenças que cada uma delas exerce na contemporaneidade. A contrapartida acadêmica que se debruça prioritariamente sobre os fenômenos de temporalidade não advoga uma espécie de continuidade ou intensificação, a exemplo do que predomina nas abordagens sobre as espacialidades globalizadoras ou acerca das sensibilidades ambientais, mas sim trabalha com a hipótese descontínua de uma crise do regime moderno de historicidade. Dessa forma, ao passo que as implicações teóricas entre experiência e representação propõem, desde estas outras temporalidades, desafios ao próprio fazer historiográfico em geral, os coloca de modo



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



particular para a História Ambiental, não apenas porque ela busca se estruturar enquanto campo de investigação justamente neste contexto, mas sobretudo porque sua especialidade constitui um dos fatores de instalação desta crise do tempo da modernidade: a ocupação do futuro pelas ameaças de colapso ambiental.

Reinhart Koselleck (2006) demonstra que o advento da modernidade provocou um deslocamento lexical que substituiu por “*Geschichte*” a palavra “*Historie*”. Ambas aludem tanto ao acontecimento quanto ao seu relato, porém, enquanto esta correspondia a narrativas plurais e desconexas, aquela passou a compreender um conjunto de ações coincidentes, uma história singular e coletiva conduzida por uma ideia de *progresso* como força motriz. Em suma, a própria noção moderna de “história”, entendida como um conjunto de processos de desenvolvimento ocorridos no tempo seria indissociável da experiência de tempo característica da modernidade. Para Gumbrecht (1998, p. 22), a experiência contemporânea de um tempo desacelerado, descrita anteriormente, encontra sua referente historiográfica no “hábito – pós-moderno – de tratar as múltiplas representações de fenômenos idênticos como variações que estão simultaneamente disponíveis”, em contraposição ao “hábito – moderno – de organizá-las como evoluções e histórias”. Portanto, é possível que admitamos o conceito moderno de *natureza* também enquanto um singular-coletivo tributário das experiências espaciais de *globalização*, assim como acontece com a história (*geschichte*) e suas experiências temporais de *progresso*, mas com o agravo de que a provável crise desta última provoca deslocamentos epistemológicos que tornam problemáticas as representações historiográficas ambientais por meio de meras narrativas lineares de evolução (de uma consciência ecológica) ou de degradação (do mundo natural).

Procurando responder ao que chamou de “desafio pós-moderno”, neste caso colocado pelas críticas da linguística e da teoria literária, William Cronon propõe alguns apontamentos acerca das narrativas provenientes da história ambiental e o lugar da natureza no passado humano. Sua “história dos contadores de histórias” sobre o processo de colonização euroamericana das Grandes Planícies áridas dos Estados Unidos, especialmente as interpretações do *Dust Bowl* (tempestades de areia) ocorrido nos anos 1930, possibilita a identificação de duas grandes perspectivas narrativas que expressam seus próprios tempos e visões políticas: uma ascendente, “dada sua dependência histórica com as noções de progresso do Século das Luzes”; e outra descendente, “traçando suas raízes históricas nas



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



reações românticas e antimodernistas contra o progresso” (CRONON, 2002, p. 35-36). Contendo nuances e variações particulares, a primeira delas seria a mais comum, cujo aparecimento remonta aos primeiros relatos sobre a expansão das fronteiras, ainda no final do século XIX, e segue até as produções mais recentes.

No entanto, é quando analisa, por contraste, o segundo modelo, que Cronon consegue demonstrar de modo mais eficiente as implicações entre as experiências em questão e os limites impostos a uma narrativa pretensamente objetiva e verossímil. As histórias em que o argumento decaí surgiram não apenas para explicar as catástrofes vivenciadas na década de 1930, mas a explicaram politicamente condicionadas pela mesma resposta que o *New Deal* ofereceu à crise econômica de 1929 e à Grande Depressão que a ela se seguiu. Os técnicos do governo argumentaram que as narrativas progressistas não só eram falsas, como consistiam na causa principal dos desastres ambientais, haja vista que o movimento ascendente se tornou problemático quando os fazendeiros excederam – e, portanto, não respeitaram – os limites naturais do ecossistema, que a partir de então somente uma planificação estatal centralizada seria capaz de assegurar. Claro que uma leitura formulada desde um posicionamento político tão evidente não deixaria de sofrer questionamentos, destinados a apontar a sua simpatia para com os princípios comunistas de Estado. Logo, contranarrativas de adaptação passaram a acusar os seus supostos exageros ecológicos, defendendo uma ideia de ecossistemas dinâmicos, abertos à marcha do progresso e da civilização (CRONON, 2002, p. 43-46).

Ambas as perspectivas, ascendente e descendente, marcaram presença nas obras produzidas no final dos anos 1970. Por um lado, como observa Cronon, em um período de recrudescimento do neoliberalismo e de críticas conservadoras ao Estado de Bem Estar Social projetado pelo *New Deal*, surgem argumentos que reconhecem as dificuldades ambientais extraordinariamente impostas pelas Grandes Planícies, mas que enaltecem a inventividade exitosa dos seus habitantes – e não dos técnicos do governo – para resolver os problemas da região. Por seu turno, Donald Worster (apud CRONON, 2002, p. 48), na sua interpretação marxista e descendente do *Dust Bowl*, rejeita esta mentalidade linear norte-americana e busca inserir a catástrofe em uma narrativa mais ampla de “surgimento e crise do capitalismo”. Assim como os representantes do *New Deal*, Worster parte do princípio de que o não reconhecimento dos limites naturais seria uma das características fundamentais da economia e da ética capitalista, prevendo que as tempestades de areia dos anos 1930 foram uma prévia de





**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



uma crise futura ainda maior, porém sem deixar de criticar os reformadores do governo que, ao não enfrentar as contradições básicas do capitalismo, “apoiaram uma economia agrícola que havia provado ser social e ecologicamente erosiva” (Ibidem, p. 48-49).

Ao final de seu percurso analítico, Cronon (2002, p. 53-64) conclui que, “em nossos esforços para entender a natureza e o passado humano, é impossível evitar enfrentarmos o desafio das múltiplas narrativas que competem”, as quais constituem uma forma caracteristicamente humana de organizar a realidade e que, por sua vez, provocam implicações no modo como acabamos concebendo as mudanças ambientais. Para ele, a escolha dos argumentos, do cenário, dos personagens e dos recortes temporais são fatores, dentre outros, que permeiam nossas atividades como historiadores e influenciam nosso discurso narrativo, incitando-nos “à tarefa de contar não somente histórias sobre a natureza, senão histórias sobre as histórias acerca da natureza”. Para Pádua (2010, p. 93), “o ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas”. Segundo Worster (1991, p. 210), “a natureza é também uma criação de nossas mentes, e por mais que nos esforcemos para ver o que ela é objetivamente em si mesma, em grande medida caímos presos nas grades da nossa própria consciência e nossas redes de significados”, arrematando que “os historiadores ambientais têm feito alguns de seus melhores trabalhos nesse nível de análise cultural, estudando as percepções e os valores com que as pessoas refletem o mundo não-humano”.

### **TESTE EMPÍRICO: EXPERIÊNCIAS DE TEMPO E DE ESPAÇO NOS “SERTÕES” DE SANTA CATARINA**

Nos anos 1980, as enchentes historicamente vivenciadas pelos catarinenses foram acompanhadas também de profundas mudanças culturais, principalmente no que diz respeito à intensificação das percepções de que as mudanças antrópicas poderiam ter agravado os problemas, que em permanecendo o mesmo modelo de desenvolvimento tenderia, portanto, a se tornar ainda pior; e às políticas de valorização da memória, a partir da construção de esquemas regionais de identificação étnica. Dois fenômenos que frequentemente têm sido trabalhados em separado – ou no mínimo em paralelo –, ora por uma historiografia de matiz



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



ambiental, ora pelas pesquisas que abordam “a história e a memória da região”, seja pelo viés do patrimônio, da identidade ou das análises historiográficas. Todavia, elas comportam uma temporalidade comum, na medida em que esvanecem o futuro-presente predominante nas ideias de progresso da modernidade, fazendo prevalecer no agora o passado-presente da memória da colonização, uma vez estando o futuro ocupado pelas ameaças de crise ambiental; assim como podem estar compartilhando uma espacialidade comum, se considerarmos que os atuais movimentos ambientalistas seriam uma variação da concepção moderna de natureza, entendida como um sistema interdependente e em equilíbrio, tributária de uma experiência de globalização que também tem impactado a questão da identidade cultural (HALL, 2006).

Estes fenômenos não se restringem apenas à Blumenau ou às cidades do vale do Itajaí, tampouco aos desastres provocados pelas enchentes. Estudos apontam que no sul do Estado, principalmente no período pós-guerra, consolidou-se uma representação sobre Criciúma voltada para o futuro e embasada em uma ideologia do progresso e da modernidade representada pelo desenvolvimento da indústria carbonífera, que apresentava a cidade preferencialmente pelo título daquilo que ela desejava ser, uma *Capital do Carvão*. A partir do último terço do século XX, porém, o aumento de uma sensibilidade ambiental aos impactos provocados pela mineração, aliadas à construção de uma história-memória local, à comemoração do centenário de colonização em 1980, à realização anual da *Festa das Etnias* e à estruturação de uma política municipal de proteção ao patrimônio histórico e natural, fizeram emergir – não sem conflitos – outra identidade urbana sob a forma de *Cidade das Etnias*, igualmente territorializada e alicerçada em uma memória dos distintos processos de colonização: italiana, alemã, polonesa, luso-brasileira e negra (MONTEIRO, 2017).

Localizadas na planície costeira de Santa Catarina, mais afastadas respectivamente cerca de 20 e 50 quilômetros do litoral, Criciúma e Blumenau foram construídas numa faixa entre a costa e o planalto que, até a expansão das fronteiras de colonização na segunda metade do século XIX, era conhecida como os sertões que separavam as cidades litorâneas mais antigas dos campos, das fazendas de gado e das povoações de cima da serra. Sua formação histórica é semelhante a de outras cidades, como Joinville, Jaraguá do Sul, Brusque e diversos municípios menores que se desenvolveram a partir da instalação de colônias de imigrantes



# IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



européus nesta região originalmente coberta pela Mata Atlântica e ocupada pelos grupos indígenas xokleng, com os quais tiveram que disputar e conquistar território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, esta comunicação apresenta uma pesquisa em curso, sobre as distintas temporalidades e espacialidades vivenciadas desde o processo de expansão das fronteiras de colonização em Santa Catarina, relacionadas aos seus contextos políticos, sociais e econômicos mais imediatos, mas principalmente ao próprio paradigma global da *modernidade*. A hipótese a ser perseguida é a de que poderia existir uma aparente contradição entre a experiência moderna de tempo, que institui uma narrativa “ascendente” da história cujo motor é o horizonte ilimitado do *progresso*; e a concepção moderna de *natureza*, que a partir da experiência espacial de um mundo globalizado proporciona a percepção do ambiente enquanto sistema suscetível de desequilíbrio antrópico, permitindo assim a instalação da possibilidade oposta de uma narrativa “descendente” da história, cujo limite seria a expectativa do colapso. Nessa perspectiva, a intensificação da noção de uma “aldeia global”, faz radicalizar na contemporaneidade a ameaça de um futuro ambientalmente catastrófico, podendo ser este um dos fatores responsáveis para que, no âmbito local, dados grupos sociais busquem se identificar preferencialmente pelo viés positivo daquilo que *foram* em detrimento do receio daquilo que *não estão dispostos a ser*. É neste nível que, em princípio, buscamos desenvolver uma relação entre os movimentos ambientalistas e os recentes processos de construção de uma identidade étnica alicerçada nas políticas de valorização da *memória* e do *patrimônio*.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas** (vol. 1: magia e técnica, arte e política). São Paulo: Brasiliense, 1985.

CRONON, William. Un lugar para relatos: naturaleza, historia y narrativa. In: PALACIO, G.; ULLOA, A. **Repensando la naturaleza**: encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002, p. 29-65.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Teatros da vida, cenários da história:** A farra do boi e outras festas na ilha de Santa Catarina. São Paulo: PUC, 1991.

FROTSCHER, Méri. Blumenau nas enchentes de 1983 e 1984 e o imaginário da “cidade do trabalho”. **Esboços:** histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. pp. 61-70, jan. 1997.

GONÇALVES, Janice. Em busca do patrimônio catarinense: tombamentos estaduais em Santa Catarina. In: **XXVI Simpósio Nacional de História da Anpuh**, 2011. Anais [...]. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-11.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos.** São Paulo: Editora 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente:** o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Unesp, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HASS JÚNIOR, Arnaldo. **Horizontes da escrita:** historiografia, uma ideia de região e a monumentalização do passado. Alto Vale do Itajaí – SC (1985-2007). Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhardt. **Los estratos del tiempo:** estudios sobre la historia. Barcelona; Buenos Aires; México: Ediciones Paidós; I. C. E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2001.

MONTEIRO, Renato de Araújo. **“Com quantos pobres se faz 1 rico?”:** modernidade (e crise) na Criciúma do século XX. Florianópolis, 2017. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

MOURA, Reidy Rolim de. **Estruturas de oportunidades políticas e aprendizado democrático:** o associativismo de bairro em Blumenau (1994-2009). Florianópolis, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021** PRESENTE  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 14, n. 20, p. 63-79, 1996.

VENGOA, Fazio Hugo; VARGAS, Luciana Fazio. La historia global y la globalidade histórica contemporânea. **Historia Crítica**, n. 69, p. 3-20, 2018.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor R. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, Héctor R. (Org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

WORSTER, Donald. A natureza e a desordem da história. In: FRANCO, J. L. de A.; SILVA, S. D.; DRUMOND, J. A.; TAVARES, G. G. (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 367-384.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt**. São Paulo: Planeta, 2016.